

Audiência em Juiz de Fora: atos foram marcados por emoção e contribuições para pesquisa

Audiência em Juiz de Fora: atos foram marcados por emoção e contribuições para pesquisa 26 de Junho de 2017 , 6:04

Audiência em Juiz de Fora: atos foram marcados por emoção e contribuições para pesquisa



A audiência foi presidida pelo coordenador da Covemg, Robson Sávio, e acompanhada por cinco conselheiros da Comissão: Carlos Melgaço Valadares, Emely Vieira Salazar, Jurandir Persichini Cunha, Maria Celina Pinto Albano e Paulo Afonso Moreira.

Relatos emocionantes marcaram a audiência pública que a Comissão da Verdade em Minas Gerais (Covemg) promoveu esta semana em Juiz de Fora, na Zona da Mata. Entre os depoentes que falaram para o público que encheu o plenário da Câmara Municipal de Juiz de Fora na manhã da última quarta-feira (21) estava o professor de história Ricardo Fontes Cintra, 75 anos, que relatou um trauma: até hoje não consegue trocar lâmpada em casa devido às lembranças dos choques nas sessões de tortura. Cintra foi preso em 1968 durante o XXX Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, São Paulo, por participar do movimento estudantil, e passou por unidades de repressão em Belo Horizonte, Juiz de Fora e São Paulo.



Além de Cintra, o casal Nair e José Luiz Guedes também relatou a dor seja de passar pela prisão e por sessões de tortura, seja de precisar viver na clandestinidade. Nair lembrou que quando foi presa, seu maior medo era que descobrissem que estava grávida. O ideal de construir uma família mesmo sob as ameaças da perseguição, aliás, é lembrado pelo casal também como um ato político e de resistência às imposições autoritárias.



As memórias familiares também fizeram parte do depoimento de Francisco Carlos Limp Pinheiro, o Chicão, 61 anos, filho do vereador cassado Francisco Afonso Pinheiro. Apesar da

dor e da incompreensão da família pela perda arbitrária do mandato do pai, que era filiado ao PTB, Chicão lembrou também de episódio engraçado. Ele contou de uma confusão ocorrida quando o pai, enquanto preso político, teve um ataque de asma e pedia a bombinha de medicamento para que pudesse respirar. Com fixação em qualquer tipo de ameaça, os militares invadiram a casa de Pinheiro atrás de uma bomba. Sem entender do que se tratava, a esposa do ex-vereador foi quem conseguiu esclarecer o mal-entendido e mostrar para os militares que a única bomba que existia no local era a de asma.

Casos curiosos também foram contados por Edison Nogueira da Silva e José Luiz Ribeiro. Hoje com 85 anos, Edison, que é ferroviário aposentado pela Companhia de Estrada de Ferro Leopoldina, contou que, em 1964, ele e colegas de trabalho receberam ordem de superiores que defendiam a legalidade e eram contrários ao golpe, dentre eles o almirante Cândido Aragão, para impedir a chegada ao Rio de Janeiro dos militares que desejavam depor o presidente João Goulart. Como Edison estava com o trem carregado naquele dia, segundo ele, “sobrou para o maquinista José de Souza”, que foi o responsável por atravessar a composição na Estação Leopoldina. A ideia era bloquear as passagens das tropas em 1º de abril. José de Souza foi preso, assim como outros funcionários que atuaram na ocasião, mas Edison e alguns colegas conseguiram fugir. “Mataram o José de Souza, acho que o primeiro crime que eles [os militares que defendiam o golpe] fizeram foi esse.”

Conforme o relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o corpo de José de Souza foi encontrado sem vida em 17 de abril de 1964, no pátio da Polícia Central no Rio de Janeiro, sede do Departamento de Ordem Política e Social do então Estado da Guanabara (DOPS/GB). Nota oficial divulgada à época e divulgada pelo jornal O Globo consideram o caso como suicídio, mas relatos de tortura na unidade e os depoimentos de Edison à Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF) e de pessoas que estiveram presas com o ferroviário levantam a suspeita de que ele tenha sido jogado da janela do edifício para forjar o suicídio. A CNV considerou que José de Souza morreu em decorrência de tortura praticada por agentes do Estado, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos e recomendou mais investigações sobre o caso.

Edison foi preso depois, em Furtado de Campos, região de Rio Novo, na Zona da Mata mineira. Teve os dentes quebrados na violência com que foi conduzido, ficou recluso em Ubá e detido em Juiz de Fora.

Censura

Já o depoimento do professor universitário, dramaturgo e diretor teatral José Luiz Ribeiro, 75 anos, foi focado na censura à imprensa e às manifestações culturais. Ele contou episódios em

que os censores atuaram nos espetáculos teatrais e também da autocensura nos jornais dos Diários Associados, considerados conservadores, em que, mesmo quando não havia proibição da censura, os editores já sabiam o que poderia ou não ser divulgado nos impressos. No campo artístico, José Luiz mencionou que chegou a ter um espetáculo cancelado na hora da apresentação, já com o público chegando à Casa D'Itália, no Centro de Juiz de Fora, onde seria a encenação. Ainda assim, o fundador do Centro de Estudos Teatrais e do Grupo Divulgação diz que os artistas encontravam maneiras de escrever nas entrelinhas e de burlar a censura. Além disso, ele considera que deveria ser um martírio para os censores, que em geral não tinham conhecimento artístico, assistir aos ensaios: “Posso dizer que torturei muito agente da Polícia Federal”, brincou. Apesar da repressão, o grupo encenava textos considerados representativos da resistência e dos anseios por liberdade, como “A Morta”, de Oswald de Andrade.

Perseguição aos trabalhadores rurais

Avançando no que boa parte das publicações sobre a ditadura destaca – a perseguição aos trabalhadores urbanos e estudantes – o depoimento de Vanderli Pereira Pinheiro chamou a atenção para outro aspecto: a violência no campo. Ao se referir à dificuldade de acesso à educação, aos direitos trabalhistas e à Justiça, Derli, como é conhecido, exemplificou o contexto de exclusão da época e revelou que, ao contrário da repressão nas cidades, na Zona Rural, nem sempre os atos de violência eram praticados pelo Estado, mas sim por fazendeiros que tinham as instituições de segurança a seu favor. Primeiro a criar um sindicato de trabalhadores rurais na Zona da Mata mineira, o de Tombos, Derli foi vítima de emboscadas e perseguição, a sim como outros colegas. Há, segundo ele, casos de morte e de trabalhadores rurais que precisaram fugir da região onde moravam, devido à tensão nas disputas por terra e aos desmandos daqueles que discordavam com a organização e politização dos trabalhadores rurais.

Além dos sete depoentes, autoridades como o secretário de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania de Minas Gerais, Nilmário Miranda, que mencionou sua atuação política no período da ditadura e que também esteve preso em Juiz de Fora, o secretário adjunto Biel Rocha e o subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, José Francisco da Silva, também discursaram. O presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora, Rodrigo Mattos, foi quem abriu a solenidade.

Menção especial

Além de ouvir o depoimento de pessoas que vivenciaram o período autoritário e reunir mais

informações para subsidiarem as pesquisas que vão incorporar o relatório final do colegiado, a Covemg também buscou valorizar a trajetória de personalidades vinculadas à cidade que atuaram na resistência ao regime ditatorial ou que contribuíram na defesa das vítimas, na denúncia das violações de direitos humanos ou para revelar fatos novos. O ato foi pensado também como forma de antecipar as celebrações do Dia Internacional de Luta contra a Tortura, que tem como data 26 de junho. Como ressalta o integrante da Covemg Carlos Melgaço, “a tortura não deixou de acontecer com o fim da ditadura e precisa ser denunciada”. Entre os que receberam menção especial estão Clodesmidt Riani, Daniela Arbex, Misael Cardoso Teixeira, Modesto da Silveira, Moisés Alex Alves e José Villani Côrtes, que faleceu recentemente e foi representado pela esposa e pelo filho Victor, que fez questão de lembrar o fato de o pai ter sido um dos primeiros presos políticos da ditadura no Brasil.

Visita a instalações de repressão

Durante a passagem da comitiva da Covemg por Juiz de Fora, locais que serviram ao sistema de repressão também foram visitados no último dia 20. A incursão pela antiga Penitenciária de Linhares, hoje Penitenciária José Edson Cavalieri, unidade que recebeu dezenas de presos políticos no período da ditadura e onde em 1967 o preso político Milton Soares de Castro foi encontrado morto, trouxe à tona lembranças de dois integrantes da Covemg.

Emely Salazar e Carlos Antônio Melgaço Valadares estiveram presos em Linhares no início da década de 1970 e, mais de 45 anos depois, retornaram à unidade pela primeira vez. Os olhos atentos e a vontade de lembrar fez com que os dois reconhecessem as galerias em que estiveram reclusos e o local provável de suas celas. Recordaram os momentos de solidão, o cheiro da prisão e a dor. Recordaram, como diz Emely, “que cadeia não pode ficar melhor, porque cadeia é sempre ruim”. Mas lembraram também das pessoas que conheceram, das músicas cantadas, da greve de fome e das formas que encontravam de transmitir recados de uma galeria à outra. Entre as lembranças dos afetos, Melgaço contou que esteve detido no mesmo período que a esposa, porém nunca permitiram que eles se encontrassem. Separados por um pátio, vivenciavam a distância, a saudade e o isolamento estando lado a lado.

Das memórias de Linhares, a equipe partiu para o 2ª Batalhão da Polícia Militar (2ºBPM), localizado no Bairro Santa Terezinha, por onde passaram ao menos dois sindicalistas da cidade – Clodesmidt Riani e José Villani Côrtes – presos na época por mobilizarem trabalhadores contra o regime autoritário. Emely lembrou ter estado por uma vez em local que ela pensa ser o 2ºBPM, na tentativa de que assinasse um documento para que fosse solta. Na ocasião, ela seria incluída no grupo de presos políticos a ser trocado por um dos embaixadores sequestrados, mas precisaria sair do país como exilada. Como se negou a deixar o Brasil, os militares tentaram que ela assinasse um termo afirmando que era contrária aos atos da oposição ao regime. “Eu acho que estive aqui também. Vim porque eles

queriam que eu assinasse um papel dizendo que queria ficar no Brasil e que discordava de tudo que faziam os militantes que eram contra a ditadura, queriam que eu dissesse que não concordava com nada, que eu não estava do lado dos opositores do regime. Aí eu disse que não. Que aquele documento eu não assinava. Pois o fato de eu não querer sair do país era uma coisa, mas dizer que discordava era outra.”

Além da Penitenciária de Linhares e do 2ºBPM, o grupo ainda passou em frente ao antigo Quartel General da 4ª Região Militar (QG) e à antiga Auditoria Militar, cujo edifício fica localizado em frente à Praça Antônio Carlos, em local conhecido como “Praça do Canhão”, no Centro da cidade, onde os presos políticos eram julgados.

(Reportagem: Fernanda Nalon, jornalista e pesquisadora da Covemg)

[Enviar para impressão](#)